

R & C 2020



Edição

Construções Gabriel A.S. Couto S.A.
Departamento de Marketing

Design gráfico

Give u design art

Construções Gabriel A.S. Couto S.A.

Rua de São João de Pedra Leital, n° 1000
4770-464 Requião, Apartado 84 EC V.N.Famalicão
4761-223 V. N. Famalicão
Tel: 00351 252 308 640 PPCA
Fax: 00351 252 375 871
www.gabrielcouto.pt
cgasc@gabrielcouto.pt
Alvará de Construção n° 2490





GABRIEL COUTO

ÍNDICE

01

RELATÓRIO DE GESTÃO

- 1.1 Enquadramento Macroeconómico e Setorial
- 1.2 O Desempenho da Empresa em 2020
- 1.3 Perspetivas para o Ano 2021
- 1.4 Outras Informações Relevantes
- 1.5 Agradecimentos
- 1.6 Proposta de Aplicação de Resultados

02

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

03

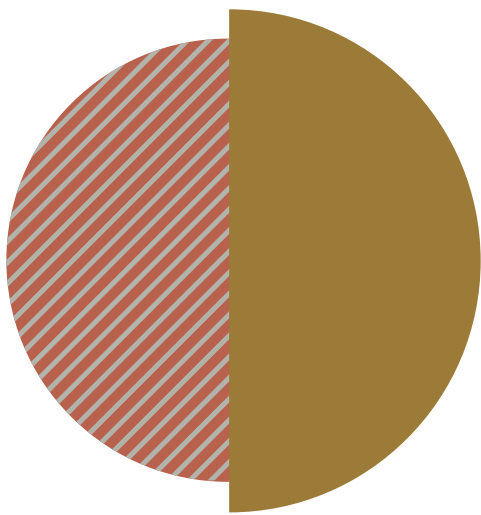
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

- 3.1 Demonstrações Financeiras
 - 3.1.1 Balanço
 - 3.1.2 Demonstração dos Resultados
 - 3.1.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 - 3.1.4 Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- 3.2 Anexo

04

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- 4.1 Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 4.2 Certificação Legal de Contas



MENSAGEM

O ano de 2020 ficou marcado, como não poderia deixar de ser, pelos efeitos da crise pandémica que a vários níveis se fez sentir em todo o mundo, em particular na economia. O sector da construção não foi tão afetado como outros, mas não deixaram de se sentir os efeitos, em particular numa subida galopante dos preços das matérias-primas e dos produtos manufaturados, quer pela quebra das cadeias de produção globalizadas, quer pelas dificuldades logísticas criadas indiretamente pela pandemia.

Na Gabriel Couto, também não deixamos de ter consequências dessa crise sanitária e económica. Procuramos desde logo desenvolver procedimentos cautelares rigorosos, quer junto dos nossos colaboradores, quer do pessoal subcontratado, pondo, em primeiro lugar, a saúde de todos que colaboram na Gabriel Couto.

Foi-nos solicitado pelas entidades que superintendem a Saúde Pública, a nossa colaboração em ações preventivas de combate à COVID, o que com toda a satisfação e imediata disponibilidade acedemos, primeiro no Sul e depois no Norte do País.

Em relação ao plano previsto para o ano de 2020 tivemos uma quebra de cerca de 18% no volume de negócios. Esse abaixamento deveu-se, contudo, essencialmente à quebra na produção do projeto do Gás, em Palma, Moçambique, devido aos ataques terroristas que se fizeram sentir na região de Cabo Delgado, que levaram, não só a dificuldades logísticas no abastecimento à obra, como à suspensão temporária do projeto. Aliás, esse projeto da TOTAL, acabou já em Março de 2021 por ser suspenso, face ao incremento de ataques terroristas e a perspetiva de re-arranque será apenas para o final do primeiro semestre de 2022. Contudo, conseguimos concluir, ainda assim, o primeiro projeto que nos tinha sido adjudicado: a construção do aeródromo de Afungi, que foi de uma extraordinária utilidade na operação de desmobilização de cerca de 5.000 trabalhadores que estavam a operar no projeto do Gás.

Em Portugal, o nível de atividade esteve em linha com o previsto, apesar das dificuldades criadas pela COVID.

A principal dificuldade residia, e reside, na escassez de mão de obra, que também se fez sentir com particular gravidade no nosso sector, e que se

prende, por um lado, com a sangria que o sector atravessou no período de intervenção da Troika, com a saída de milhares de quadros e trabalhadores para o exterior, com a falência de muitas empresa na cadeia de valor do sector e, obviamente, com a assinalável retoma do sector nos últimos anos, na hotelaria, na habitação de luxo e nos serviços (escritórios, residências universitárias, etc).

É com muita preocupação que olhamos para os objetivos propostos para os próximos anos, quer através do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, quer pelos programas europeus em curso e a iniciar (2020 e 2030). Se o sector não conseguir atrair algumas dezenas de milhares de novos colaboradores, sejam jovens a entrar na idade de trabalho, seja o regresso de muitos dos que recentemente emigraram, seja pela captação de imigrantes, muito dificilmente conseguiremos cumprir os objetivos previstos naqueles maciços programas de apoio às infraestruturas.

Na fase final do ano de 2020, a empresa conseguiu um contrato num novo mercado, o GHANA, no valor de cerca de 145 M€, a executar durante os anos de 2021, 2022 e início de 2023.

A empresa possui em carteira um volume de obras de cerca de 300 M€, que lhe permite encarar o futuro com serenidade e tranquilidade.

Não queremos deixar aqui de realçar o enorme exemplo de dedicação e empenho que o conjunto de todos os colaboradores em Portugal e no exterior (África e América Central) deram, no ambiente extremamente difícil criado pela pandemia que assolou todas as regiões no mundo.

De igual forma, endereçamos os nossos agradecimentos a todas as entidades que colaboraram com a Gabriel Couto, fornecedores e entidades financiadoras, pela confiança que em nós depositaram e na nossa capacidade de saber criar valor para todos.





01

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório de Gestão e Contas, que refletem a atividade económica e financeira da nossa sociedade durante o exercício de 2020.

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

O efeito da Pandemia COVID-19 fez-se sentir a vários níveis, sendo de destacar o impacto na economia mundial onde assistimos, em 2020, a um decréscimo 3,3%. Esta tendência de desaceleração é comum às economias desenvolvidas (-4,7%) e às economias emergentes e em desenvolvimento (-2,2%) com destaque para o crescimento em contraciclo da China (+2,3%) e da Turquia (+1,6%).

Em Portugal assistiu-se a uma forte contração do PIB, com um decréscimo de -7,6%, pior do que o verificado na Zona Euro (-6,8%). Para esta evolução contribuíram uma forte redução da procura interna (-4,6%) e da procura externa (-18,7% das exportações).

Quanto ao setor da Construção, e apesar dos condicionalismos gerados pela Pandemia COVID-19, o ano de 2020 foi marcado por mais um ano

de crescimento, na produção (+2,5%), no consumo de cimento (+10,6%), mas de uma redução no emprego (-2,4%). O principal motor de crescimento em 2020 foi, mais uma vez, os edifícios residenciais (+4,5%), verificando-se uma redução ténue nos edifícios não residenciais (-0,5%) e um aumento na engenharia civil (+3,0%).

1.2 O DESEMPENHO DA EMPRESA EM 2020

A empresa registou em 2020 um valor de vendas e prestação de serviços de 102,9 M€, das quais 34,5 M€ no mercado externo (33,6% do total).

valores em milhões de euros

Volume de Negócios	2020
Nacional	68,4
Exportação (Sucursais)	34,5
Moçambique	24,2
Honduras	4,3
Nicarágua	3,3
El Salvador	2,7
Total	102,9

As vendas e prestação de serviços reduziram face ao ano anterior. Tal situação deveu-se, principalmente, ao impacto da pandemia em Portugal à conclusão da obra das Honduras e à menor execução do projeto LNG em Moçambique face ao previsto.

Como o investimento público em Portugal continua a níveis muito reduzidos, os resultados obtidos em termos de volume de negócios resultam de uma aposta no mercado privado de construção, quer de infraestruturas. Como obras mais relevantes de realçar: as infraestruturas no aeroporto Francisco Sá Carneiro (ANA Aeroportos), um Retail em Barcelos (Foz Vintage), as residências de estudantes da UHUB (Porto) e da SMART STUDIOS (Lisboa), a unidade industrial da PORMINHO, as unidades hoteleiras, HOTEL MOOV (Porto Salvo), Quinta da Ombria (Loulé); as obras de reabilitação da CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (Bairro da Cruz Vermelha) e a Escola EB 23 (Quarteira).

No mercado externo, verificaram-se durante o ano de 2020 vários constrangimentos à produção, em particular, resultantes da pandemia COVID-19 nas obras em Moçambique no âmbito do projeto LNG da TOTAL. Na América Central, o principal impacto foi a conclusão da obra das Honduras e as limitações causadas pela pandemia COVID-19 nas obras da Nicarágua e, em particular, em El Salvador, cuja produção foi em grande parte adiada para 2021.

RECURSOS HUMANOS

O quadro de trabalhadores no final de 2020 era de 387 em Portugal, 306 em Moçambique, 22 na Zâmbia, 18 nas Honduras, 53 na Nicarágua e 8 em El Salvador, num total de 794.

É preocupação da empresa que a todos eles sejam facultadas ações de formação, reforçando e dotando-os de novas competências, com o objetivo de melhorar continuamente o desempenho e a qualidade do trabalho prestado.

POLÍTICAS DE QUALIDADE, SEGURANÇA E AMBIENTE

A empresa possui políticas de Qualidade, Segurança e Ambiente perfeitamente definidas e certificadas pela APCER.

Esta é uma inequívoca vontade e orientação da administração da empresa, ciente da sua importância como instrumento do sucesso da nossa organização.

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de caráter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 130 392,98 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

BREVE ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Verificou-se no ano de 2020 uma forte redução do volume de vendas e prestação de serviços para 102,9 M€ (-21,4%) e do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos para 7,7 M€, devido, principalmente, ao menor dinamismo do mercado nacional e às limitações nas obras de Moçambique e El Salvador.

(valores em M€)	2018 (Anual)	2019 (Anual)	2020 (Anual)
Receita (Volume Negócios)	106,0	131,0	102,9
MEP* e Imparidades	0,1	- 0,1	0,0
Res. antes de deprec., gastos financiamento e impostos	7,6	9,6	7,7
Resultados Financeiros	-3,4	-3,8	-2,9
Resultado Líquido	1,3	2,1	1,1

*MEP: método de equivalência patrimonial

SITUAÇÃO PERANTE O ESTADO E A SEGURANÇA SOCIAL

A empresa mantém com o Estado e a Segurança Social a situação perfeitamente regularizada:

1.3 PERSPETIVAS PARA O ANO 2021

A pandemia causada pela COVID-19 gerou muito incerteza quanto ao enquadramento macroeconómico para o ano de 2021. As previsões para o crescimento do PIB têm vindo a ser revistas com regularidade, mas são unânimes em considerar um crescimento da económica mundial em 2021 (+5,9%), sendo menor nas economias desenvolvidas (+5,1%) e mais acelerado nas economias em desenvolvimento e emergentes (+6,4%), principalmente devido ao fato de se prever um forte crescimento para a economia Chinesa (+8,3%) e Indiana (+10,6%).

Para Portugal, as perspetivas de crescimento para 2021 são mais modestas (+4,9%), só permitindo em finais de 2022 a recuperação integral do impacto da pandemia no crescimento da economia.

No que respeita ao setor da construção, e apesar de ter sido um setor pouco afetado por esta pandemia, prevê-se que os seus efeitos se façam sentir nas novas decisões de investimento. Para 2021 as associações do setor perspetivam para o setor da construção em Portugal um ligeiro crescimento (+1,2% ~ +3,2%), em linha com o que se verificou em 2020.

A perspetiva da empresa para o futuro próximo, em especial para o ano de 2021, assenta na sua carteira de encomendas.

A carteira ascende a cerca de 299,5 milhões de euros com uma implementação em três continentes, como resultado de uma estratégia de diversificação dos mercados de internacionalização.

Carteira de Obras	valores em M€
	2020
Nacional	98,3
Exportação	201,2
Moçambique	44,2
Zâmbia	3,2
Ghana	145,0
Nicarágua	0,6
El Salvador	8,3
Total	299,5

As vias e infraestruturas são a principal atividade com 231,7 milhões de euros, enquanto a atividade de construção civil atinge cerca de 67,8 milhões de euros.

Importantes obras foram-nos adjudicadas, em Portugal terão um impacto relevante durante o ano de 2021 as obras: IP (Linha do Oeste), Hotel Moov Oriente, Frotimo/SAPEC (TLA). A nível internacional, é de realçar a entrada num novo mercado (Ghana), uma obra de infraestruturas rodoviárias

1.4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A empresa não dispõe de quaisquer sucursais no território nacional. No estrangeiro a empresa tem as seguintes sucursais:

- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Zâmbia
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Cabo Verde
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal na Suazilândia
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Moçambique
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Honduras
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Senegal
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em Nicarágua
- Construções Gabriel A.S.Couto, SA - sucursal em El Salvador

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. A entidade é detentora de ações próprias, no montante de 500.000,00€.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

1.5 AGRADECIMENTOS

A todos os Colaboradores da empresa, Clientes, Fornecedores e Instituições Financeiras que conosco têm colaborado, agradecemos o seu esforço e colaboração, pois estamos certos que sem o seu concurso as dificuldades seriam maiores e o desempenho de menor qualidade.

Aos restantes Órgãos Sociais, e em especial ao Fiscal Único, o Revisor Oficial de Contas, os nossos agradecimentos por todo o empenho dispensado à empresa, o que muito nos apraz registrar.

1.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, propõe-se que o resultado líquido de 2020, no valor de 1 129 075,93 Euros seja aplicado em Resultados Transitados.

Tal como tem sido política da empresa, não se procederá à distribuição de lucros aos acionistas a fim de consolidar os Capitais Próprios da empresa.

Vila Nova de Famalicão, 18 de Junho de 2021

O Conselho de Administração,



02

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Participação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no capital de Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, discrimina-se a seguir o número de ações que cada titular declarou possuir à data de 31 de Dezembro de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Carlos Alberto Freitas Couto (Presidente do Cons. Administração)	68 932 ações
Maria da Conceição Chaves Veloso Rito Freitas Couto (Esposa do Presidente do Conselho de Administração)	68 932 ações
Avelino Jorge da Silva Oliveira (Vogal do Cons. Administração)	68 932 ações
Maria Helena Freitas Couto (Esposa do Vogal Avelino Oliveira)	68 932 ações
António Gabriel Freitas Couto (Vogal do Conselho Administração)	68 932 ações
Isabel Maria Columbano Pereira da Silva (Esposa do Vogal António Couto)	68 932 ações

Nenhum outro membro dos órgãos de Administração ou Fiscalização declarou possuir, ou ter possuído durante o ano de 2020, ações ou obrigações de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A.

Não ocorreram movimentos no exercício de 2020.

Vila Nova de Famalicão, 18 de Junho de 2021

O Conselho de Administração



03

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



3.1.1 BALANÇO | 31 de Dezembro de 2020

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8,9 e 13	29 255 297,27	21 895 226,12
Propriedades de investimento	7 e 13	145 000,00	145 000,00
Ativos intangíveis	6 e 13		88 975,22
Participações financeiras - método equival. patrimonial	11,12 e 14	551 010,24	596 950,61
Outros investimentos financeiros	11,12 e 14	602 737,43	679 171,74
Ativos por impostos diferidos	19	33 708,88	35 151,34
		30 587 753,82	23 440 475,03
Ativo corrente			
Inventários	15	2 437 659,78	2 622 922,79
Clientes	20	45 977 815,46	48 724 308,05
Estado e outros entes públicos	25	1 047 191,36	704 502,82
Outros créditos a receber	20	24 505 180,26	23 945 994,28
Diferimentos	23	562 023,86	456 415,93
Outros ativos financeiros		150 000,00	150 000,00
Ativos não correntes detidos para venda		4 280,07	146,11
Caixa e depósitos bancários	5	5 560 338,16	4 882 240,09
		80 244 488,95	81 486 530,07
Total do ativo		110 832 242,77	104 927 005,10

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO**CAPITAL PRÓPRIO**

Capital subscrito	24	5 000 000,00	5 000 000,00
Ações (quotas) próprias		(500 000,00)	(500 000,00)
Reservas legais		1 000 000,00	1 000 000,00
Outras reservas		9 610 110,19	9 610 110,19
Resultados transitados		11 660 377,74	9 704 325,15
Excedentes de revalorização	8.2	16 806 868,50	9 605 216,60
Ajustamentos/outras variações no capital próprio		(18 850 729,88)	(18 759 426,87)
		24 726 626,55	15 660 225,07
Resultado líquido do período		1 129 075,93	2 056 466,05
		25 855 702,48	17 716 691,12
Total do capital próprio		25 855 702,48	17 716 691,12

PASSIVO**Passivo não corrente**

Provisões	18	119 078,54	133 390,87
Financiamentos obtidos	22	13 583 299,34	7 888 681,66
Passivos por impostos diferidos	19	15 668,10	15 438,89
Outras dívidas a pagar	21	5 283 052,49	8 359 158,88
		19 001 098,47	16 396 670,30

Passivo corrente

Fornecedores	21	30 091 772,63	30 850 621,67
Adiantamentos de clientes	21	11 482 786,27	14 484 365,98
Estado e outros entes públicos	25	2 462 376,31	2 558 475,19
Financiamentos obtidos	22	13 209 245,10	10 325 241,02
Outras dívidas a pagar	21	6 700 347,89	7 907 750,87
Diferimentos	23	2 035 713,62	4 687 188,95
		65 975 441,82	70 813 643,68
Total do passivo		84 976 540,29	87 210 313,98
Total do capital próprio e do passivo		110 832 242,77	104 927 005,10

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | 31 de Dezembro de 2020

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	17	102 948 860,28	130 963 471,37
Subsídio à exploração		35 141,69	--
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26	30 501,61	156 673,91
Variação nos inventários da produção	27	(4 244,06)	(488,45)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28	(21 968 692,31)	(30 449 910,06)
Fornecimentos e serviços externos	29	(58 226 234,19)	(72 659 366,73)
Gastos com o Pessoal	30	(16 106 217,35)	(17 396 336,14)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		(28 550,18)	(254 431,12)
Provisões (aumentos / reduções)	18	14 312,33	33 378,38
Aumentos / reduções de justo valor	31	--	--
Outros rendimentos	32	8 651 391,40	4 769 530,79
Outros gastos	32	(7 620 563,02)	(5 554 020,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 725 707,20	9 608 501,54
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6, 7, 8 e 13	(3 247 795,77)	(3 011 939,17)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 477 911,43	6 596 562,37
Juros e rendimentos similares obtidos	33	374 317,33	---
Juros e gastos similares suportados	33	(3 288 275,87)	(3 756 951,25)
Resultado antes de impostos		1 563 952,69	2 839 611,12
Imposto sobre o rendimento do período	19	(434 876,96)	(783 145,07)
Resultado líquido do exercício		1 120 075,93	2 056 466,05
Resultado por ação básico		1,13	2,06

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 31 de Dezembro de 2020

Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		105 650 920,75	127 783 683,13
Pagamentos Fornecedores		(104 578 973,81)	(118 397 350,55)
Pagamentos ao pessoal		(12 750 328,63)	(13 888 732,35)
Caixa gerada pelas operações		(11 678 381,69)	(4 502 399,77)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(763 354 ,93)	(457 161,82)
Outros recebimentos / pagamentos		9 895 267,75	12 303 725,04
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(2 546 468,86)	7 344 163,45

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Pagamentos respeitantes a:

Ativos fixos tangíveis		(5 989 011,17)	(6 705 455,68)
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--

Recebimentos provenientes de:

Ativos fixos tangíveis		3 324 135,29	1 112 038,66
Ativos intangíveis		--	--
Investimentos financeiros		--	--
Outros ativos		--	--
Subsídios ao investimento		--	--
Juros e rendimentos similares		179 726,93	40 928,77
Dividendos		51 852,66	50 426,16
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2 433 296,29)	(5 502 062,09)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Recebimentos provenientes de:

Financiamentos obtidos		66 701 882,16	72 681 863,51
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Cobertura de prejuízos		--	--
Doações		--	--
Outras operações de financiamento		374 317,33	--

Pagamentos respeitantes a:

Financiamentos obtidos		(58 130 060,40)	(71 919 606,29)
Juros e gastos similares		(3 288 275,87)	(3 756 951,25)
Dividendos		--	--
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		--	--
Outras operações de financiamento		--	--

Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)

(5 657 863,22) (2 994 694,03)

Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)

(678 098,07) 1 152 592,67

Efeito das variações de câmbio

-- --

Caixa e seus equivalentes no início do período

4 882 240,09 6 034 832,76

Caixa e seus equivalentes no fim do período

5 5 560 338,16 4 882 240,09

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3.1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período 2019

Euros

RUBRICAS	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses minoritários	Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	7 693 585,63	(18 690 471,04)	10 912 696,62	--	1 254 893,20	16 280 814,60	--	16 280 814,60
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Alterações de políticas contabilísticas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realização do excedente de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Excedentes de revalorização		--	--	--	--	--	--	--	--	(1 307 480,02)	--	--	(1 307 480,02)	--	(1 307 480,02)
Ajustamentos por impostos diferidos		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		--	--	--	--	--	--	2 010 739,52	(68 955,83)	--	--	(1 254 983,20)	686 890,49	--	686 890,49
	2	--	--	--	--	--	--	2 010 739,52	(68 955,83)	(1 307 480,02)	--	(1 254 983,20)	(620 589,53)	--	(620 589,53)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											2 056 466,05	2 056 466,05	--	2 056 466,05
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											801 572,85	801 572,85	--	801 572,85
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Realizações de prémios de emissão		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Distribuições		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Entradas para cobertura de perdas		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Outras operações		--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	5	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5	5 000 000,00	(500 000,00)	--	--	1 000 000,00	9 610 110,19	9 704 325,15	(18 759 426,87)	9 605 216,60	--	2 056 466,05	17 716 691,12	--	17 716 691,12

3.2 ANEXO

(Montantes expressos em Euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

- 1.1. Designação da Entidade: Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.
- 1.2. Sede: Rua S. João de Pedra Leital, 1000 — 4770-464 Requião - V. N. Famalicão.
- 1.3. Natureza da atividade: Exploração da atividade de construção civil e obras públicas.
- 1.4. Período abrangido pelas demonstrações financeiras: 2020

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) aplicáveis.

Tal como previsto no parágrafo 1.4 do Anexo ao Decreto-Lei n.º 158/2009 (repblicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho), sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que apresente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, o recurso, supletivamente e pela ordem indicada:

— Às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

— Às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC. Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

| Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

| Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

| Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

| Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando

em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

| Comparabilidade

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

3.2.1 *Ativos fixos tangíveis.*

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 15
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10

3.2.2 *Ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.2.3 *Propriedades de investimento*

As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios cujos fins são a obtenção de rendas e/ou a valorização do capital investido e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento, são registadas pelo seu justo valor determinado de acordo com preços correntes executáveis no mercado em questão.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício, na rubrica de variação de valor nas propriedades de investimento.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto Municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

3.2.4 *Locações*

As operações de locação são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados na rubrica de gastos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os ativos fixos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira são registados pelo seu valor no ativo e a correspondente responsabilidade no passivo.

As depreciações destes bens foram efetuadas de acordo com o referido no ponto 3.2.1, e registadas em gastos de depreciação do período.

A parte de capital incluída nas rendas pagas é deduzida ao montante da responsabilidade registada no passivo, sendo os juros aí incluídos contabilizados como gastos de financiamento do período.

3.2.5 *Participações Financeiras – Método Equivalência Patrimonial*

Os investimentos em associadas e subsidiárias são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e subsidiárias, e pelos dividendos recebidos.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e subsidiárias quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão à exceção do Goodwill.

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, encontram-se registados ao custo de aquisição, sendo posteriormente, e no final de cada período ajustados no seu valor pela utilização do método da equivalência patrimonial, com exceção das situações descritas nas notas 10 e 11.

3.2.6 *Outros Investimentos Financeiros*

As compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas nas datas da transação. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

É feita uma avaliação quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto na conta de resultados as perdas de imparidade quando se demonstrem existir.

3.2.7 *Inventários*

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O método de custeio utilizado na movimentação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o custo médio ponderado.

Os produtos acabados e semi-acabados e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao menor do custo de produção ou do valor realizável líquido.

Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. O método de custeio é o custo médio.

3.2.8 *Clientes e as Outras contas a receber*

As dívidas de “Clientes” e as “Outras contas a receber” são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Perdas por imparidade em contas a receber”, por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas quando correntes não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobrança, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

3.2.9 *Fornecedores e Outras dívidas a pagar*

As dívidas a Fornecedores e a Outras dívidas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que usualmente não vencem juros.

3.2.10 *Caixa e equivalentes de caixa*

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

3.2.11 *Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Os encargos financeiros com juros e encargos similares são registados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização do exercício.

3.2.12 *Provisões*

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a empresa tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

3.2.13 *Impostos sobre o rendimento*

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos

de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.14 *Contratos de Construção*

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas nas sub-rubricas “27218 – Contratos de Construção” ou “2821 - Obras % acabamento”, incluídas nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Outras dívidas a pagar”.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, a empresa reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

3.2.15 *Ativos e passivos contingentes*

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, sendo os mesmos objeto de divulgação.

3.2.16 *Imparidade*

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidades dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões), caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não estivesse registada em exercícios anteriores.

4. BASES DE MENSURAÇÃO

4.1. Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na

experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4.2. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilístico da Empresa, mantidos de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

4.3. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte.

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

5. FLUXOS DE CAIXA

5.1. Comentário da Administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso.

Não se verificaram saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores em euros)

Rubrica	31.12.2020	31.12.2019
Numerário	108 204,0	130 448,84
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 909 646,70	1 102 486,51
Depósitos a prazo	3 542 487,06	3 649 304,74
Caixa e seus equivalentes	5 560 338,16	4 882 240,09

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020, os movimentos ocorridos nos valores dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

(valores em euros)

Ano 2019	Saldo inicial	Aumentos	Alienações/ transferência	Diferencial câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Outros	88 975,22	0,00	0,00	0,00	88 975,22
Total	568 028,11	0,00	0,00	0,00	568 028,11
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Valor Líquido	88 975,22				88 975,22

(valores em euros)

Ano 2020	Saldo inicial	Aumentos	Alienações/ transferência	Diferencial câmbio	Saldo final
Valores brutos					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Outros	88 975,22	0,00	-88 975,22	0,00	0,00
Total	568 028,11	0,00	-88 975,22	0,00	479 052,89
Amortizações acumuladas					
Programas de computador	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Total	479 052,89	0,00	0,00	0,00	479 052,89
Valor Líquido	88 975,22				0,00

7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A rubrica "Propriedades de investimento" regista em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 os seguintes valores:

(valores em euros)

Rubrica	Ano 2019	Alienações	Depreciações exercício	Reversão Depreciações	Valorização	Ano 2020
Valores Brutos						
Edifícios e outras construções	145 000,00					145 000,00
Depreciações acumuladas						
Saldo final	0,00					0,00
Valor Líquido	145 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145 000,00

Em 2016 procedeu-se a alteração da metodologia de valorização contabilística dos elementos que integram as propriedades de investimento de custo de produção para justo valor, resultando num aumento de valorização de 110 915,30 €.

Em 2020 não existem flutuações significativas do valor de mercado.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

8.1. Valores brutos e depreciações acumuladas

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

Ano 2019							(valores em euros)
Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / Abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final	
Terrenos e recursos naturais	614 586,91	17 467,25	0,00	0,00	0,00	632 054,16	
Edifícios e outras construções	4 015 836,36	275 814,07	0,00	14 570,04	0,00	4 307 220,47	
Equipamento básico	29 781 996,44	5 422 735,45	-433 361,26	265 400,09	0,00	35 036 770,72	
Equipamento de transporte	10 081 389,30	756 063,71	-563 677,40	32 791,57	0,00	10 306 567,18	
Equipamento administrativo	730 160,81	0,00	0,00	-741,54	0,00	729 419,27	
Outros ativos fixos tangíveis	41 227,59	0,00	0,00	1 649,25	0,00	42 876,84	
Em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232 375,20	
Adiantamentos por conta investimento	184 132,00	232 375,20	0,00	0,00	0,00	184 132,00	
TOTAL	45 449 329,41	6 705 455,68	-997 038,66	313 669,41	0,00	51 471 415,84	

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	1 691 150,07	135 555,83	10 269,00	0,00	0,00	1 836 974,90
Equipamento básico	16 967 741,64	2 232 484,72	135 436,22	864 592,41	0,00	20 200 254,99
Equipamento de transporte	6 035 388,79	622 201,95	23 053,98	108 204,31	0,00	6 788 849,03
Equipamento administrativo	687 622,71	21 330,02	-131,99	0,00	0,00	708 820,74
Outros ativos fixos tangíveis	39 328,76	366,65	1 594,65	0,00	0,00	41 290,06
TOTAL	25 421 231,97	3 011 939,17	170 221,86	972 796,72	0,00	29 576 189,72
Valor Líquido	20 028 097,44					21 895 226,12

Ano 2020

(valores em euros)

Valores brutos	Saldo inicial	Aumentos	Alienações / Transf / Abates	Dif câmbio	Reavaliação	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	632 054,53	9 335,53	0,00	-4 287,68	0,00	637 102,01
Edifícios e outras construções	4 307 220,47	0,00	0,00	-242563,44	0,00	4 064657,03
Equipamento básico	35 036 770,72	4 747 774,68	-2 642 921,13	-4 190 985,45	3 228 534,94	36 179 173,76
Equipamento de transporte	10306 567,18	1 231 900,96	-354 733,22	-1 080 070,74	3 069 328,30	13 172 992,48
Equipamento administrativo	729 419,27	0,00	-57 460,43	-19 190,51	0,00	652 768,33
Outros ativos fixos tangíveis	42 876,84	0,00	-36 645,31	-1 529,65	0,00	4 701,88
Em curso	232 375,20	0,00	-232 375,20	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta investimento	184 132,00	0,00	0,00		0,00	184 132,00
TOTAL	51 471 415,84	5 989 011,17	-3 324 135,29	-5 538 627,47	6 297 863,24	54 895 527,49

Depreciações acumuladas	Saldo inicial	Reforço	Dif Camb	Anul/rever	Reavaliação	Saldo final
Edifícios e outras construções	1 836 974,90	124 490,73	-141 887,34	0,00	0,00	1 819 578,29
Equipamento básico	20 200 254,99	2 343 649,28	-2 319 550,41	3 186 409,91	0,00	17 037 943,95
Equipamento de transporte	6 788 849,03	775 771,37	-668 025,10	-756 953,99	0,00	6 139 641,31
Equipamento administrativo	708 820,74	3 595,37	-16 128,97	-57 460,43	0,00	638 826,71
Outros ativos fixos tangíveis	41 290,06	276,65	-1 289,37	-36 037,38	0,00	4 239,96
TOTAL	29 576 189,72	3 247 783,40	-3 146 881,19	-4 036 861,71	0,00	25 640 230,22
Valor Líquido	21 895 226,12					29 255 297,27

8.2. Ativos fixos tangíveis expressos por quantias revalorizadas

Em 2020 realizou-se a revalorização de equipamento básico e de transporte, relativos a Portugal e às sucursais: Honduras, Zâmbia e Moçambique, com base numa avaliação feita por uma entidade independente.

O valor indicado no quadro acima, na coluna «Reavaliação», corresponde ao montante da revalorização efetuada em 2020 deduzida da revalorização anterior.

Durante o período não se efetuaram revalorizações do ativo fixo tangível ao abrigo de diplomas legais. Em períodos anteriores foram efetuadas revalorizações, que se basearam nos seguintes diplomas legais:

Ano da revalorização	Diploma legal
1986	Dec.- Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
1991	Dec.- Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
1993	Dec. - Lei nº 264/92, de 24 de Novembro

Quadro discriminativo das revalorizações efetuadas nos períodos referidos:

Rubrica	Custos Históricos	Reavaliações	(valores em euros)
			Valores Cont. Reavaliados
Revalorizações anos anteriores			
Terrenos e recursos naturais	189 543,20	132 187,43	321 730,63
Edifícios e outras construções	135 791,87	91 760,08	227 551,95
Sub-total	325 335,07	223 947,51	549 282,58
Revalorizações Livres Ano 2020			
Equipamento básico	25 640 643,61	10 435 314,92	36 075 958,53
Equipamento de transporte	8 053 566,83	5 105 341,18	13 158 908,01
Sub-total	33 694 210,44	15 540 656,10	49 234 866,54
TOTAL	34 019 545,51	15 764 603,61	49 784 149,12

9. LOCAÇÕES

9.1. Locações financeiras

A empresa possui ativos fixos tangíveis incluídos no Balanço em regime de locação financeira. À data de 31 de Dezembro de 2020 eram os seguintes os valores destes ativos:

Rubrica	Valores Brutos	Depreciações	(valores em euros)
			Valores Líquidos
Equipamento básico	2 665 955,31	1 033 159,62	1 632 795,69
Equipamento transporte	1 396 922,84	297 033,86	1 099 888,98

9.2. A responsabilidade inscrita no Balanço relativamente aos contratos de locação financeira era a seguinte:

(valores em euros)	Ano 2020	Ano 2019
No passivo corrente	503 714,71	653 149,36
No passivo não corrente	2 362 478,63	1 602 481,39
TOTAL	2 866 193,34	2 255 630,75

9.3. Locações financeiras

O valor referente aos pagamentos mínimos de contratos de locação financeira são os seguintes:

(valores em euros)	Ano 2020
Até 12 meses	503 714,71
Mais de 12 meses	2 362 478,63

9.4. Locações operacionais

O valor referente a pagamentos de rendas de locações operacionais é o seguinte:

(valores em euros)	Ano 2020
Até 12 meses	287 059,92
Mais de 12 meses	641 680,00

10. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas controladas conjuntamente, integradas pelo método proporcional, e proporção nas mesmas, eram em 31 de Dezembro de 2020 as seguintes:

Nome	Participação
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	30,00%
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	25,00%
CMGE – Construtoras Escolares, ACE	33,33%
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	50,00%
FEAG, ACE	15,00%
Escola FGA, ACE	50,00%
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	50,00%

À data de 31 de Dezembro de 2020 as quantias agregadas, ponderadas pela percentagem de controlo conjunto, dos ativos correntes, dos ativos não correntes, dos passivos correntes, dos passivos não correntes, dos rendimentos e dos gastos dos referidos agrupamentos complementares de empresa eram como segue:

(valores em euros)

Nome	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Gastos	Rendimentos	R. Líquido
Vias, Gabriel Couto, Electren - Reabilitação Sistema Mondego, ACE	0,00	632 614,80	0,00	406 573,48	813,05	52 546,93	51 733,88
CEGA – Construção Scut dos Açores, ACE	0,00	227 715,88	0,00	253 650,89	227 338,31	201 406,68	-25 931,63
CMGE – Construtoras Escolares, ACE	0,00	71 134,10	0,00	56 015,76	471 979,72	489 630,12	17 650,40
Alberto Couto Alves, Construções Gabriel A S Couto, ACE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEAG, ACE	88 975,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Escola FGA, ACE	0,00	70 709,69	1 501,24	188 521,21	1 174,88	0,00	-1 174,88
FGC - Ferreira Construções, Gabriel Couto	0,00	193 012,96	91 006,62	83 907,51	9 901,17	28 000,00	18 098,83

11. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E SUBSIDIÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2019 a participação financeira em empresas associadas está apresentada no quadro seguinte:

(valores em euros)

Firma	Sede	% CP	Capital próprio	Res. Líquido	Ano Obs
Comasa-C. Civil e O.Públicas, Lda	V.N. Famalicão	80,00	245 126,83	-4 558,47	2020 a)
Abrical-Areias, Brit. e Calcários, Lda	Miranda Douro	50,00	439 220,86	-218,10	2020 a)
Socojol-Eng. Const. Civil, Lda	Moçambique	91,70	b)	b)	b)
Gabriel Couto (Moçambique),SARL	Moçambique	57,00	b)	b)	b)
ParqF-Parques Estac Famalicão	Braga	39,90	298 767,97	15 335,72	2020 a)
Mopre – Pré Fabric Betão, Lda	Moçambique	90,00	b)	b)	b)
GCM – Eng e Const. Lda	Moçambique	88,04	b)	b)	b)
Bemoz. Lda.	Moçambique	85,00	b)	b)	b)
JV Gabriel Couto A.Carvalho Rosas Const. (Moldávia)	Moldávia	33,33	a)	a)	a)
GCM Eng ^a Const. Moçambique	Moçambique	88,04	b)	b)	b)

Notas:

a) O valor destas participações financeiras está calculado de acordo com o método da equivalência patrimonial.

b) O valor destas participações está avaliado ao custo de aquisição. Estas empresas estão constituídas mas não iniciaram ainda a sua atividade produtiva, encontrando-se inativas.

11.1. Não existem remunerações a qualquer dos administradores desta empresa, advindas de qualquer das entidades havidas como partes relacionadas.

11.2. Operações com empresas relacionadas

Durante o exercício de 2020 as transações entre as relacionadas e a entidade foram as seguintes:

(valores em euros)

Empresa	Compras 2020	Vendas 2020	Outros Movimentos 2020	Saldo Clientes	Saldo Fornecedores	Outros devedores	Outros credores
Comasa	-29 286,35		39 758,42	46 624,22			-15 266,08
Pontalta	-9 939,42		-161 715,27	16 318 439,17			-2 822 812,94
Promoções			11 300,35	180 368,80		14 310,80	
Gabriel Couto SGPS			3 189,86			1 246 708,70	
Abrical			136,09		-187 242,24	80,00	
Socojol				503 953,76			
Gabriel Couto Angola		4 183,13	53 594,21	3 158 189,85		1 022 817,45	
Mopre						2 278,55	
ParqF			-211,29				
JV G. Couto				537 463,54		172 297,09	
AGE						268,25	
Gabriel Couto Moçambique						2 290,47	

12. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

12.1. Investimentos noutras empresas

(valores em euros)

Nome/Firma	%	Valor	Obs
Euroscut-Soc Concessionária da Scut do Algarve, SA	---	10,00	b)
Auto-Estradas Norte Litoral – Soc Conc AENL, SA	---	1,00	b)
Vialivre, SA	3,192	35 791,16	a)
Lamegorenova-Const e Gestão Equipamentos, SA	10,200	0,00	a)
Gabriel Couto, SGPS, SA	---	1,00	b)
Gabriel Couto Angola, Lda	7,125	1 787,67	b)
Norgarante	---	5 000,00	b)
Catim	---	1 000,00	b)
Banif	---	0,00	b)
F.VPR Mo (Montepio)	---	24 994,41	b)
TOTAL		68 585,24	
Empréstimos concedidos:			
Gabriel Couto, SGPS, SA	---	0,32	b)

AGE – Energias Renováveis, Lda	---	0,00	a)
ParqF	---	99 507,19	a)
TOTAL		99 507,51	

Notas: a) o valor destas participações está avaliado pelo método da equivalência patrimonial

b) o valor destas participações está avaliado ao custo de aquisição.

12.2. Outros investimentos financeiros

Em 2020 não foram adquiridas participações financeiras.

13. DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

Depreciações do exercício	(valores em euros)	
	2020	2019
Propriedades de investimento	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	3 247 795,77	3 011 939,17
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00
Reversões Propriedades de investimento	0,00	0,00
TOTAL	3 247 795,77	3 011 939,17

14. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2020 o valor dos Investimentos Financeiros ascendia a 1.153 737,67 Euros, tendo durante o ano evidenciado o seguinte movimento:

Investimento	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transf/Abat/ D Camb	Saldo final
Em associadas ao MEP	596 950,61			-45 940,37	551 010,24
Outros investimentos noutras empresas	679 171,74			-76 434,31	602 737,43
Out investimentos CGD	0,00				0,00
Outros investimentos financeiros	679 171,74	0,00	0,00	-76 434,31	602 737,43
TOTAL	1 276 122,35		0,00	-122 374,68	1 153 747,67

15. INVENTÁRIOS

A discriminação dos Inventários em 31 de Dezembro de 2020 e 2018 era como segue:

(valores em euros)

Rubrica	2020	2019
Matérias – primas, subsidiárias e de consumo	1 821 931,58	1 968 780,14
Produtos e trabalhos em curso	218 178,39	252 348,78
Produtos acabados e intermédios	3 886 629,93	392 873,99
Mercadorias	8 919,88	8 919,88
TOTAL	2 437 659,78	2 622 922,79

16. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos dos contratos de construção, foi adotado o método da percentagem de acabamento. Assim, os rendimentos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os gastos incorridos até à data do balanço e os gastos totais estimados das obras.

17. RÉDITO

As vendas e as prestações de serviços registados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foram como segue, por mercados:

(valores em euros)

Mercado	2020	2019
Mercado nacional		
Vendas		
Produtos acabados	2 750,00	600,00
Sub-total	2 750,00	600,00
Prestação de serviços	68 405 384,63	72 904 882,65
Sub-total	68 408 134,63	72 905 482,65
Mercado extra-comunitário		
Prestação de serviços	34 540 725,65	58 057 988,72
Sub-total	34 540 725,65	58 057 988,72
Total Geral	102 948 860,28	130 963 471,37

18. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos períodos de 2020 e 2019 foram como segue:

	(valores em euros)	
Provisões	2020	2019
Garantias a clientes		
Saldo inicial	120 507,86	120 507,86
Aumento	0,00	0,00
Reversões	28 000,00	0,00
Outras regularizações		
Saldo final	92 507,86	120 507,86
Contratos onerosos		
Saldo inicial	12 883,01	45 311,70
Aumento	26 570,68	11 752,11
Reversões	12 883,01	45 130,49
Outras regularizações	0,00	949,69
Saldo final	26 570,68	12 883,01
SALDO GLOBAL FINAL	119 078,54	133 390,87

	(valores em euros)	
Provisões	2020	2019
Garantias a clientes		
Aumento	0,00	0,00
Reversões	28 000,00	0,00
Contratos onerosos		
Aumento	26 570,68	11 752,11
Reversões	12 883,01	45 130,49
Saldo final	-14 312,33	-33 378,38

19. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento registado nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 decompõe-se do modo seguinte:

	(valores em euros)	
Imposto	2020	2019
Imposto corrente	433 205,29	775 232,16
Imposto diferido	1 671,67	7 912,91
TOTAL	434 876,96	783 145,07

Em 2019 utilizou o benefício fiscal do SIFIDE – SISTEMA DE INCENTIVOS FISCAIS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL no montante de 188.707,94 Euros, tendo beneficiado de uma redução de IRC de igual montante. Em 2020 utilizou o benefício fiscal CFEI II - Crédito Fiscal Extraordinário de Investimento no montante de 180.595,62 Euros, tendo beneficiado de uma redução de IRC de igual montante.

Ativos por impostos diferidos referem-se a provisões no valor de 33.708,88 €.

Passivos por impostos diferidos referem-se a:

Rubrica	2020		2019	
	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por Impostos Diferidos	Ativos por Impostos Diferidos	Passivos por Impostos Diferidos
Provisões	33 708,88		35 151,34	
Reservas de reavaliação		7 978,26		8 185,73
Proveitos financeiros lucros a distribuir		7 689,84		7 253,16
	33 708,88	15 668,10	35 151,34	15 438,89

20. DÍVIDAS DE “CLIENTES” E “OUTROS CRÉDITOS A RECEBER”

As dívidas de clientes e de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se assim:

Rubrica	(valores em euros)	
	2020	2019
Clientes:		
Clientes c/c	45 977 815,46	48 724 308,05
Clientes – retenções de garantia	0,00	15 851,20
Clientes de cobrança duvidosa	1 908 195,53	1 970 650,61
Perdas por imparidades acumuladas	-1 908 195,53	-1 970 650,61
TOTAL	45 977 815,26	48 724 308,05
Outros créditos a receber:		
Adiantamentos ao pessoal	30 060,71	37 013,83
Devedores por acréscimo de rendimento	20 774 471,75	19 282 845,54
Outros devedores	3 700 647,80	4 626 134,91
TOTAL	24 505 180,26	23 945 994,28

21. “FORNECEDORES”, “OUTRAS DIVIDAS A PAGAR” E “ADIANTAMENTO DE CLIENTES”

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os valores a pagar a fornecedores e outras dividas a pagar, bem assim como os adiantamentos de clientes, apresentavam-se assim.

(valores em euros)

Rubrica	2020	2019
Fornecedores:		
Fornecedores c/c	25 876 372,73	26 129 174,29
Fornecedores de investimentos c/c	0,00	0,00
Fornecedores - títulos a pagar	642 107,74	1 535 130,96
Fornecedores - Ret. garantia	0,00	0,00
Fornecedores - fat em receç e conf	3 573 292,16	3 186 316,42
TOTAL	30 091 772,63	30 850 621,67
Outras dívidas a pagar não correntes:		
Adiantamento de clientes	3 286 111,21	5 396 696,87
Outros credores	1 996 941,28	2 962 462,01
TOTAL	5 283 052,49	8 359 158,88
Outras dívidas a pagar correntes:		
Remunerações a pagar	1 361,66	6 248,57
Credores por acréscimos gastos	1 685 703,86	1 689 167,77
Outros credores	5 011 846,85	6 202 586,32
Resultados atribuídos a acionistas	1 435,52	9 748,21
Outras operações com acionistas		
TOTAL	6 700 347,897	7 907 750,87
Adiantamento de clientes	11 482 786,27	14 484 365,98

22. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os Financiamentos obtidos estão desagregados entre Empréstimos Bancários, Locações Financeiras e Participantes de Capital. Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 tais valores eram os seguintes, separados entre Passivo Corrente e Passivo Não Corrente:

(valores em euros)

Rubrica	2020	2019
No Passivo não corrente:		
Empréstimos bancários	11 220 820,71	6 286 200,27
Locações financeiras	2 362 478,63	1 602 481,39
TOTAL	13 583 299,34	7 888 681,66
No Passivo corrente:		
Empréstimos bancários	12 684 734,17	9 658 095,44
Locações financeiras	503 714,71	653 149,36
Participantes de capital	13 996,22	13 996,22
TOTAL	13 202 455,10	10 325 241,02

Em 2019 e 2020 procedeu-se à compensação do financiamento de 4,6 MUSD e 4,0MUSD, respetivamente, com o seu colateral de igual montante em depósitos a prazo. Em 2020 considerou-se sem recurso o financiamento de uma remessa de exportação de Moçambique no montante de 1,0M€ para a qual existe um seguro de crédito com garantia do estado português.

23. DIFERIMENTOS

Os Diferimentos registam em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 os seguintes valores:

Rubrica	(valores em euros)	
	2020	2019
No ativo corrente:		
Gastos a reconhecer	562 023,86	456 415,93
No passivo corrente:		
Rendimentos a reconhecer	2 035 713,62	4 687 188,95

24. CAPITAL SOCIAL

O capital social da empresa está representado por 1.000.000 de ações, com o valor de 5 euros cada, e está todo realizado.

25. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os valores ativos e passivos do Estado e outros entes públicos apresentavam-se da forma seguinte nos balanços de 2020 e 2019:

Rubrica	(valores em euros)	
	2020	2019
No ativo corrente:		
Imposto sobre rendimento	464 501,08	30 444,19
Imposto sobre valor acrescentado	582 690,28	674 058,63
TOTAL	1 047 191,36	704 502,82
No passivo corrente:		
Imposto sobre rendimento	0,00	60 624,91
Retenção I. sobre rendimento	146 043,27	156 687,86
Restantes impostos-I. selo	0,00	0,00
Contribuição para a Segurança Social	2 316 333,04	2 341 162,42
TOTAL	2 462 376,31	2 558 475,19

26. GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os Ganhos e Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos desenvolviam-se da forma seguinte em 31 de Dezembro de 2020 e 2019:

	(valores em euros)	
Rubrica	2020	2019
Rendimentos e ganhos pela aplicação método equivalência patrimonial	58 839,09	98 465,05
Outros rendimentos e ganhos	0,00	12 576,77
Dividendos obtidos	51 852,66	50 426,16
Gastos e perdas pela aplicação do método da equivalência patrimonial	-3 755,83	-3 414,73
Outros gastos e perdas	-76 434,31	-1 379,34
TOTAL	30 501,61	156 673,91

27. VARIAÇÃO NOS INVENTÁRIOS DA PRODUÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 computou-se a seguinte variação nos inventários da produção:

	(valores em euros)	
Rubrica	2020	2019
Produtos acabados e intermédios:		
Saldo final	388 629,93	392 873,99
Regularização Existências		
Saldo inicial	392 873,99	393 362,44
Variação	-4 244,06	-488,45
Produtos e Trabalhos em Curso		
Saldo final	218 178,39	252 348,78
Regularização Existências	-34 170,39	
Saldo inicial	252 348,78	252 348,78
Variação	0,00	0,00
Variação inventários da produção	-4 244,06	-488,45

28. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas registado no final dos períodos de 2020 e 2019 foram os seguintes:

(valores em euros)

Rubrica	2020	2019
Mercadorias		
Saldo inicial	8 919,88	8 919,88
Compras	0,00	0,00
Saldo final	8 919,88	8 919,88
Custo	0,00	0,00
Matérias-primas, subs e de consumo		
Saldo inicial	1 968 780,14	1 783 205,72
Compras	21 821 843,74	30 635 484,48
Saldo final	1 821 931,58	1 968 780,14
Custo	21 968 692,31	30 449 910,06
Custo mercado venda matérias consumidas	21 968 692,31	30 449 910,06

29. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 o valor dos Fornecimentos e serviços externos registavam os valores constantes do quadro abaixo, por rubricas:

(valores em euros)

Rubrica	2020	2019
Subcontratos	43 873 685,16	58 467 138,90
Trabalhos especializados	3 082 563,63	2 617 392,64
Publicidade e propaganda	28 418,76	21 909,18
Vigilância e segurança	485 585,28	355 775,18
Honorários	38 757,15	30 376,02
Comissões	0,00	22 320,17
Conservação e reparação	1 642 770,84	2 279 423,88
Ferramentas e utensílio desgaste rápido	299 138,22	267 910,55
Livros e documentação técnica	8 672,84	13 177,53
Material de escritório	57 304,32	70 156,53
Artigos para oferta	11 689,63	15 425,46
Material limpeza, higiene e conforto	29 176,07	51 130,96
Outros materiais	2 980,30	2 079,67
Eletricidade	206 580,89	160 965,27
Combustíveis	93 091,36	180 999,22
Água	54 082,52	77 272,42
Óleos	3 598,30	24 700,23
Gás	13 630,21	42 999,93

Deslocações e estadas	3 252 462,85	3 250 722,28
Transportes de pessoal	10 497,69	38 321,74
Transportes de mercadorias	28 974,38	25 119,82
Outros transportes	527 674,67	445 031,83
Rendas e alugueres	3 172 105,49	3 054 263,81
Comunicação	146 153,67	187 542,01
Seguros	625 540,61	564 718,63
Contencioso e notariado	256 504,01	146 857,01
Despesas de representação	11 714,93	26 520,89
Limpeza, higiene e conforto	142 823,12	102 297,34
Outros serviços	120 057,29	116 817,63
TOTAL	58 226 234,19	72 659 366,73

30. GASTOS COM O PESSOAL

30.1. Os gastos com o pessoal contabilizados nos períodos de 2020 e 2019 foram os seguintes, de forma desagregada:

Rubrica	(valores em euros)	
	2020	2019
Remunerações órgãos sociais	310 382,72	281 190,00
Remuneração do pessoal	12 750 328,63	13 888 732,35
Indemnizações	49 381,30	301 656,26
Encargos sobre remunerações	2 327 475,61	2 296 413,64
Seguros de acid trab doenç prof	274 195,11	271 386,90
Gastos de acção social	294 987,93	253 312,53
Outros gastos com pessoal	99 466,05	103 644,46
TOTAL	16 106 217,35	17 396 336,14

O número médio de trabalhadores em 2020 foi de 388 (377 em 2019).

30.2. Em 2018 as remunerações dos órgãos sociais foram de:

Conselho de Administração 310 382,72 €

A remuneração atribuída ao órgão de fiscalização foi de 20.400,00 € em 2020 superior aos 14.800,00€ de 2019.

31. AUMENTOS / REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

Em 2020 e 2019 não se verificaram variações no justo valor.

32. OUTROS RENDIMENTOS E OUTROS GASTOS

Durante o período de 2020 e 2019 foram evidenciados outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas de acordo com a desagregação seguinte:

Rubrica	2020	2019
(valores em euros)		
Outros rendimentos:		
Rendimentos suplementares	2 651 877,69	1 881 448,27
Descontos pronto pagamento obtidos	18 241,39	27 516,28
Rendimentos e ganhos nos rest invest	4 721 077,49	1 914 077,14
Rendimentos e ganhos inv não financ	474 017,71	220 551,00
Juros obtidos	179 726,93	40 928,77
Outros	606 451,19	685 009,33
Dos quais:		
Corr relat.exec ant.	198 245,58	17 719,40
Outros n. especificados	281 945,60	504 827,50
Benefícios de Penalid. Contrat.	114 976,07	0,00
Recuperação desp. Financ.	0,00	1 368,17
Excesso estimativa impostos	11 283,94	426,38
Outros	0,00	160 667,88
TOTAL	8 651 392,40	4 769 530,79

Outros gastos:

Impostos	500 937,57	499 640,05
Descontos pronto pagamento concedidos	1 500,11	61 933,07
Juros de mora e compensatórios	82 152,50	100 291,02
Outros juros	471 345,17	180 424,62
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4 427 578,07	1 195 917,68
Outros gastos e perdas financiamento	1 055 548,05	1 291 012,67
Outros	1 081 501,55	2 224 801,30
Dos quais:		
Correções exercícios anteriores	632 043,44	1 163 777,09
Penalidades contratuais	37 961,37	173 607,52
TOTAL	7 620 563,02	5 554 020,41

33. JUROS E RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Nos anos de 2020 e 2019 registaram-se juros e gastos similares nos valores e com a desagregação abaixo referidos:

(valores em euros)

Rubrica	2020	2019
Juros e rendimentos similares:		
Juros de financiamentos concedidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio	374 317,33	0,00
TOTAL	374 317,33	0,00

Juros e custos similares:

Juros suportados	1 647 534,32	1 925 022,75
Diferenças câmbio ref fin obtidos	35,85	115 706,10
Outros gastos e perdas de financiamento		
Relativos a financ obtidos	1 640 705,70	1 716 222,40
TOTAL	3 288 275,87	3 756 951,25

34. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A entidade encontra-se dispensada da consolidação de contas dado que, tal como previsto no DL n.º 158/2009 de 13 de Julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, não exerce, em qualquer caso, o controlo sobre qualquer das subsidiárias e, naquelas em que a sua participação é maior que 50% do capital, no seu conjunto não ultrapassam nenhum dos limites previstos no art.º 7.º daquele DL.

35. GARANTIAS PRESTADAS

35.1. Em 31 de Dezembro de 2020 o valor das garantias bancárias e seguros de caução prestadas pela empresa a terceiros era de 54 114 144 Euros (excluindo os colaterais da operação das Honduras), entre as quais se incluem os valores seguintes em moeda estrangeira, e destinam-se a garantia de empreitada..

Euros (€)	40 990 151,26 €
Meticais (MZM)	308 493,82 €
Dólares americanos (USD)	12 747 029,16 €
Lempiras (HNL)	68 469,70 €

35.2. Para garantia da globalidade dos empréstimos de curto, médio e longo prazo, bem como garantias bancárias prestadas pelo Banco Santander Totta, foi onerado o edifício da Sede da Empresa, através de hipoteca a favor deste banco.

36. COTAÇÕES DAS MOEDAS ESTRANGEIRAS

Para efeito de conversão, à data do Balanço, dos valores originalmente expressos em moeda estrangeira para euros, utilizaram-se as cotações oficiais em 31 de Dezembro de 2020, das seguintes moedas:

Cotações das moedas estrangeiras

Divisa	31.12.2020	31.12.2019
	1 EURO	1 EURO
USD	1,2271	1,1234
Novo Leu (Roménia)	4,868	4,783
Kwanzas (Angola)	797,129	536,262
Meticais (Moçambique)	91,05	68,70
SZL (Suazilândia)	18,022	15,777
Kwacha Zambiano	25,941	15,795
CVE (Escudo Caboverdiano)	110,265	110,265
HNL (Lempiras Honduras)	29,5412	27,6269
CFA (Francos Senegal)	655,957	655,957
NIO (Córdoba Nicarágua)	42,58	37,60

37. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Informa-se ainda que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

38. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos até à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

39. MATÉRIAS AMBIENTAIS

No que respeita às Matérias Ambientais, a empresa utiliza o método do custo para a contabilização de dispêndios de carácter ambiental. A empresa registou gastos de natureza ambiental, no que se refere a auditorias e recolha e tratamento de resíduos, no montante total de 130 392,98 Euros. Estes gastos estão suportados por faturas emitidas por empresas subcontratadas as quais são especializadas no tratamento de resíduos. Não existem provisões nem passivos contingentes de carácter ambiental por não existirem situações que justifiquem a sua constituição. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros. A empresa não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria.

40. OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação de resultados

A Construções Gabriel A.S. Couto, S.A. no período económico findo em 31 de Dezembro de 2020 realizou um resultado líquido de 1 129 075,93 Euros. A administração propõe aos acionistas que a esse resultado líquido apurado seja dada a seguinte aplicação:

Para resultados transitados o montante de 1 129 075,93 Euros

Não se procederá à distribuição de dividendos do ano 2020 aos acionistas a fim de consolidar os capitais próprios.

41. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 18 de Junho de 2021.

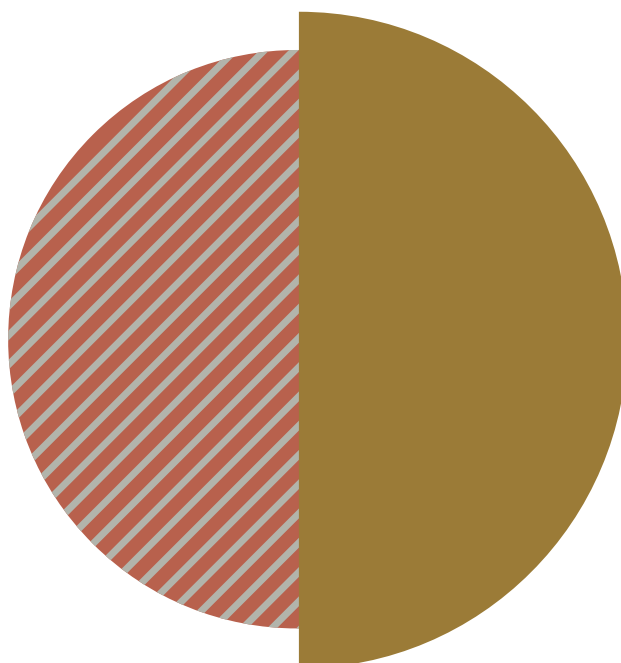
O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

04

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4.1 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Senhores Acionistas:

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários submetemos à vossa apreciação o nosso Relatório de ação fiscalizadora e o Parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas e Propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da Empresa CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A., respeitantes ao exercício de 2020.

Durante o exercício em análise, e na qualidade de Fiscal Único, acompanhamos a atividade da Empresa, verificando com a extensão considerada aconselhável os valores patrimoniais, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, os quais encontramos em devida ordem e em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e com as restantes disposições legais. Da Administração e Serviços recebemos a melhor colaboração.

No final do exercício, analisámos os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração, tendo sido emitida a respetiva Certificação Legal das Contas, documento esse que damos aqui por reproduzido.

O Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Contas, expressam de forma adequada a situação financeira da empresa em 2020, dezembro, 31.

Assim o Fiscal Único é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2020;
- b) Seja aprovada a proposta do Conselho de Administração referente a aplicação dos Resultados Líquidos;
- c) Se proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

Trofa, 2021, julho, 02

O FISCAL ÚNICO

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS — SROC
inscrita na CMVM sob o nº 20161397

Representada por

João Carlos do Sul Ribeiro — ROC nº 1106 (inscrito na CMVM sob o nº 20160718)

4.2 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidência um total de 110 832 242,77 euros e um total de capital próprio de 25 855 702,48 euros, incluindo um resultado líquido de 1 129 075,93 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativa.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CONSTRUÇÕES GABRIEL A. S. COUTO, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades dos órgãos de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

— avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável e um nível razoável de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também;

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude e maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade as suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo

qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Trofa, 2021, julho, 02

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS — SROC
(inscrita na CMVM sob o nº 20161397)

Representada por:

João Carlos do Sul Ribeiro — ROC nº 1106 (inscrito na CMVM sob o nº 20160718)

